



## **NORMAS DO CONCURSO**

### **NOTA PREAMBULAR**

A atribuição das licenças subjacentes a este concurso obedece às regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 24/2020, de 25 de maio, que regula o acesso, a ocupação e a utilização das praias de banhos, no contexto da pandemia da doença COVID-19, para a época balnear de 2020, que têm aplicação imediata e direta e são de cumprimento obrigatório pelos titulares das licenças, pelo que não se dispensa a leitura atenta desse diploma legal.

## **CAPÍTULO I – DO PROCEDIMENTO**

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto do concurso**

1. O presente concurso visa a atribuição de título de ocupação do espaço público destinado à Venda Ambulante, nos seguintes locais na freguesia da Nazaré:
  - a) **3 licenças para venda de Bolos, no areal da Praia da Nazaré;**
  - b) **2 licenças para aulas de surf, no areal da Praia da Nazaré;**
  - c) **Licença para ocupação do Lugar n.º 3** da planta anexa ao presente Concurso.
2. As regras para o exercício da venda ambulante, os horários autorizados à venda ambulante, bem como as condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos terão de respeitar as disposições constantes do Regulamento de Comércio a Retalho não Sedentário do Município da Nazaré (Regulamento de Venda Ambulante).
3. A autorização para o exercício da atividade, consubstanciada na licença, obriga ao pleno respeito pelas condições expressas na dita licença (e que serão fixadas nos termos da legislação aplicável em vigor).

### **Artigo 2.º**

#### **Atividades permitidas**

1. As licenças a conceder respeitam os fins anunciados neste concurso e, como tal, não permitem a prática de qualquer outra atividade.



2. A licença indicada na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º é destinada à atividade de restauração e bebidas não sedentária (do tipo Street Food, “carro de cachorros”) e o espaço de ocupação está limitado a 1 m<sup>2</sup>.

### **Artigo 3.º**

#### **Produtos Interditos**

É interdita a venda dos seguintes produtos:

- a) Carnes ensacadas, fumadas e enlatadas e miudezas comestíveis;
- b) Bebidas, com exceção das embaladas de origem;
- c) Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
- d) Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes;
- e) Sementes, plantas e ervas medicinais e respetivos preparados;
- f) Móveis, artigos de mobiliário, colchoaria e antiguidades;
- g) Tapeçarias, alcatifas, carpetes, passadeiras, tapetes, oleados e artigos de estofador;
- h) Aparelhagem radioelétrica, máquinas e utensílios elétricos ou a gás, candeeiros, lustres, seus acessórios ou partes separadas e material para instalações elétricas;
- i) Instrumentos musicais, discos e afins, outros artigos musicais, seus acessórios e partes separadas;
- j) Materiais de construção, metais e ferragens;
- k) Veículos automóveis, reboques, motociclos, velocípedes com ou sem motor e acessórios;
- l) Combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos com exceção do petróleo, álcool desnaturado, carvão e lenha;
- m) Instrumentos profissionais e científicos e aparelhagens de medida e verificação com exceção das ferramentas e utensílios semelhantes de uso doméstico ou artesanal;
- n) Material para fotografia e cinema e artigos de ótica, oculista, relojoaria e respetivas peças separadas ou acessórios;
- o) Borracha e plásticos em folha ou tubo ou acessórios;
- p) Armas e munições, pólvora e qualquer outro material explosivo ou detonante;
- q) Moedas e notas de banco.

**Artigo 4.º****Atribuição de Espaço de Venda**

A cada interessado apenas será atribuído uma licença.

**Artigo 5.º****Quem pode ser candidato**

Podem candidatar-se todas as pessoas singulares ou coletivas, nacionais e estrangeiros cuja situação civil e fiscal esteja regularizada.

**Artigo 6.º****Documentos que acompanham as candidaturas**

1 - Para efeitos de candidatura para atribuição do título da utilização do espaço público para a venda ambulante, nos 3 processos (venda de bolos, aulas de surf e Lugar n.º 3), devem ser apresentados os seguintes documentos:

1.1. Formulário de candidatura ao concurso público para a atribuição de direito de uso de espaço para a realização de venda ambulante, dirigido ao Presidente do Júri, impresso próprio fornecido pela Câmara Municipal disponível no site [www.cm-nazare.pt](http://www.cm-nazare.pt), devidamente preenchido;

1.2. Comprovativo da submissão da mera comunicação prévia, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 4.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração ou título de exercício de atividade emitido pela Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE);

1.3. Declaração das Finanças em como estão cumpridas todas as obrigações tributárias;

1.4. Declaração da Segurança Social em como estão cumpridas todas as obrigações legais;

1.5. Declaração de que a situação de permanência em Portugal está regularizada (quando aplicável);

2 - No que se refere às licenças para aulas de surf, além dos documentos supra indicados, deverá juntar:

a) Licença para o exercício da atividade marítimo-turística nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 95/2013 de 19



- 
- julho, emitida pelo Instituto de Turismo de Portugal, IP, caso o interessado se dedique ao aluguer de pranchas, embarcações ou outro material flutuante (RNAAT);
- b) Declarar que integra no seu quadro de pessoal, treinadores de desporto habilitados, nos termos da Lei n.º 40/12, de 28 de agosto;
  - c) Possuir seguro para a atividade desenvolvida, nos termos do Decreto-Lei n.º 10/09, de 12 de janeiro;
  - d) Possuir um plano de emergência que, entre outros elementos, considerados pertinentes, deverá incluir:
    - I.Procedimento a adotar pela escola em situação de emergência;
    - II.Lista dos colaboradores da escola envolvidos em funções de direção e condução do treino;
    - III.Contatos da escola.
  - e) Possuir mala de primeiros socorros no local da formação. O material constante na mala deverá estar dentro dos prazos de validade.
- 3 - No que se refere ao lugar n.º 3 da planta, além dos documentos supra indicados, deverá juntar:
- a) Memória descritiva do posto de venda ambulante, que deve incluir a indicação do produto que se propõe vender, se possível, com fotografias;
  - b) Indicar a estrutura da equipa afeta à exploração, indicando o número de funcionários presentes no local;
  - c) Juntar a Declaração HACCP (se aplicável);
  - d) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, ou compromisso de a celebrar, logo que vença o concurso, cujo comprovativo poderá ser exigido, em qualquer altura, pelo Município da Nazaré e cuja falta determinará a extinção da licença.

### **Artigo 7.º**

#### **Local, prazo e modo de apresentação da candidatura**

1. As candidaturas devem ser entregues no Gabinete de Relações Públicas (Receção) da Câmara Municipal da Nazaré, sito, na Avenida Vieira Guimarães, n.º 54, 2450-112 Nazaré; telefone: 262 550 010; Horário de Funcionamento: 8:00H – 17:00H.
2. As candidaturas serão entregues até às 17.00 horas do dia 3 de junho de 2020.

**Artigo 8.º****Admissão e exclusão de Candidaturas**

1. Serão admitidos os candidatos que tenham apresentado a sua candidatura de acordo com o previsto no presente concurso.
2. Serão excluídas as candidaturas, cujos candidatos:
  - a) Tenham entregue a candidatura fora do prazo fixado;
  - b) Tenham dívidas ao Município da Nazaré;
  - c) Tenham plano de pagamento de dívidas em incumprimento;
  - d) Se proponham à comercialização de produtos proibidos por Lei ou Regulamento;
  - e) Não apresentem todos os documentos mencionados no artigo 6.º deste Programa de Concurso;
  - f) Apresentem documentos com validade expirada.

**Artigo 9.º****CrITÉrios de ordenação dos candidatos**

1. Os critérios considerados para a apreciação das candidaturas, são os seguintes:
  - a) Para a **Venda de Bolos** e para as **Aulas de Surf**, será dada a pontuação máxima (100) ao concorrente que tiver mais anos de licenciamento, servindo essa antiguidade de base para a atribuição de pontos aos demais concorrentes, de forma proporcional (utilização da regra “3 simples”).
  - b) Para o **Lugar n.º 3 da planta** será utilizada a seguinte fórmula:  
**CFinal = 60% x AEA + 40% x APV**

**Em que:**

CFinal: Classificação Final

AEA: Número de Anos no Exercício da Atividade no concelho

APV: Avaliação do Projeto de Venda



2. Para efeitos do disposto no número anterior, os concorrentes serão ordenados segundo a classificação final obtida, por ordem decrescente, tendo por base os fatores indicados no presente artigo.

3. No caso de se verificar, um empate entre as candidaturas, será marcado dia e hora para sorteio público.

4. No concurso para o lugar n.º 3, a atribuição de cotação será efetuada da seguinte forma:

i. Ao fator “Antiguidade de Exercício da Atividade” (**AEA**) será atribuída a cotação máxima (60%), ao candidato que exerce a atividade há mais tempo no concelho e aos seguintes candidatos aplica-se a proporcionalidade inversa;

ii. Ao fator “Avaliação do Projeto de Venda” (**APV**) será atribuída a seguinte cotação:

- a. Memória Descritiva Relevante (20% ou 40%, consoante a zona a que se candidatou);
- b. Memória Descritiva Adequada (10% ou 20%, consoante a zona a que se candidatou);
- c. Memória Descritiva Insatisfatória (0%).

#### **Artigo 10.º**

##### **Bolsa de recrutamento**

Não se constituem bolsas de recrutamento, pelo que, no caso de não existirem candidatos na bolsa de recrutamento, ou caso a mesma não tenha sido constituída, será obrigatório aguardar pela publicação de novo edital prevendo a atribuição de novos espaços.

#### **Artigo 11.º**

##### **Título de ocupação**

Será emitido alvará de licença para cada adjudicação, sendo que, o recibo de pagamento das taxas aplicáveis também constitui título do direito de uso do espaço público ou prática da atividade licenciada.

#### **Artigo 12.º**

##### **Pagamento de Taxas**

As taxas serão pagas diretamente na Tesouraria da Câmara Municipal da Nazaré, mediante guia a emitir no Balcão Único.

**CAPÍTULO II – DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE****Artigo 13.º****Espaços de venda**

O lugar de venda n.º 3, constante da Planta, pode ser consultado:

- a) No site da Câmara Municipal da Nazaré (em [www.cm-nazare.pt](http://www.cm-nazare.pt)); e
- b) No Gabinete de Relações Públicas (Receção) da Câmara Municipal.

**Artigo 14.º****Condições dos espaços de venda**

Além do vendedor ambulante, que deve exercer funções efetivas, pode trabalhar no espaço atribuído o respetivo cônjuge, ascendentes ou descendente em 1.º grau e os auxiliares autorizados e previamente comunicados à Câmara Municipal.

**Artigo 15.º****Duração da Licença**

A licença é emitida (será válida) para as épocas balneares 2020 e 2021.

**Artigo 16.º****Horários de venda**

A venda ambulante no Concelho de Nazaré, apenas pode ter lugar nos seguintes períodos e horários: das 8.00 horas às 20.00 horas.

**Artigo 17.º****Direitos e deveres**

1. Direitos e deveres gerais aplicáveis aos Agentes Económicos:

A todos os agentes económicos assiste, designadamente, o direito de:

- a) Serem tratados com respeito, o decoro e a sensatez normalmente utilizados no trato com os outros comerciantes;
  - b) Utilizar de forma mais conveniente à sua atividade os locais que lhe forem autorizados, sem outros limites que não sejam os impostos pela lei ou pelas presentes normas.
-



2. Os Agentes Económicos têm, designadamente, o dever de:

- a) Se apresentar convenientemente limpos e vestidos de modo adequado ao tipo de venda que exerçam;
- b) Comportar-se com civismo nas suas relações com os outros vendedores, entidades fiscalizadoras e com o público em geral;
- c) Manter todos os utensílios, unidades móveis e objetos intervenientes na venda em rigoroso estado de apresentação, asseio e higiene;
- d) Conservar e apresentar os produtos que comercializem nas condições de higiene e sanitárias impostas ao seu comércio por legislação e regulamentos aplicáveis;
- e) Acatar todas as ordens, decisões e instruções proferidas pelas autoridades policiais, administrativas e fiscalizadoras que sejam indispensáveis ao exercício da atividade de feirante e de vendedor ambulante;
- f) Declarar, sempre que lhes seja exigido, às entidades competentes o lugar onde guardam a sua mercadoria, facultando-lhes o respetivo acesso;
- g) Afixar em todos os produtos expostos a indicação do preço de venda ao público, de forma e em local bem visível, nos termos da legislação em vigor;
- h) Cumprir as obrigações legais previstas para a Autoridade Tributária (AT) no desenvolvimento desta atividade;
- i) Deixar sempre, no final do exercício de cada atividade, os seus espaços limpos e livres de qualquer lixo, nomeadamente detritos, restos, caixas ou outros materiais semelhantes.

### 3. Dever de Apresentação de Documentos

Todos os agentes económicos, devem ser portadores, nos locais de venda, dos seguintes documentos:

- a) Comprovativo da submissão da mera comunicação prévia, ou título de exercício de atividade emitido pela Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), ou por outra entidade aplicável;
- b) Faturas comprovativas das aquisições de produtos para venda ao público, nos termos previstos no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- c) Documento comprovativo da atribuição do espaço;
- d) Documento comprovativo do pagamento das taxas devidas.

### 4. Dever de assiduidade

---





4.1 Cabe aos agentes económicos respeitar o dever de assiduidade, comparecendo com assiduidade aos locais nos quais lhes tenha sido atribuído o direito de ocupação de espaços venda;

4.2 Na venda ambulante, a não comparência, no local destinado, 5 dias consecutivos ou 10 interpolados deverá ser devidamente justificada, mediante requerimento por escrito dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

4.3 A falta de justificação da não comparência é considerada abandono do espaço de venda ou atividade e, conseqüentemente, determina a caducidade da licença, mediante deliberação da Câmara Municipal.

### **Artigo 18.º**

#### **Impedimentos**

A Câmara Municipal de Nazaré reserva-se o direito de determinar a suspensão provisória de venda ambulante ou atividade licenciada, sempre que leve a cabo ações no âmbito das suas competências, que obriguem à ocupação dos espaços atribuídos, sem que do facto decorra a obrigação de devolução de quaisquer quantias monetárias recebidas.

### **Artigo 19.º**

#### **Proibições**

É interdito aos agentes económicos, designadamente:

- a) Estacionar na via pública, junto ou fora dos locais em que a venda fixa seja permitida, para exposição de artigos à venda;
- b) Impedir ou dificultar, por qualquer forma, o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos ou de pessoas;
- c) Lançar no solo quaisquer desperdícios, restos, lixos ou outros objetos suscetíveis de ocupar ou sujar a via pública;
- d) Proceder à venda de artigos nocivos à saúde pública e dos que sejam contrários à moral e aos bons costumes;
- e) Fazer publicidade sonora em condições que possam perturbar o sossego da população;



f) Nos locais fixos, a instalação de quaisquer estruturas de suporte à sua atividade, para além daquelas que forem criadas e autorizadas para o efeito. O equipamento não poderá conter qualquer acessório para publicidade, excetuando-se publicidade institucional;

g) Ocupar um lugar e ou área diferente daquela para a qual tenham obtido autorização para venda dos seus produtos.

### **Artigo 20.º**

#### **Resolução do contrato**

1. O incumprimento de qualquer obrigação constante deste programa de concurso pode determinar a resolução do contrato, com audiência prévia do interessado, que poderá justificar a sua conduta ou corrigi-la, no prazo de 10 dias, contados da data da respetiva notificação.
2. Caso exista incumprimento das condicionantes da licença, não haverá devolução de valores previamente pagos, nem haverá nova emissão de licença, ficando impossibilitado de ocupar o lugar em causa.

### **Artigo 21.º**

#### **Caducidade da autorização**

O exercício da atividade caduca por falta de pagamento das taxas aplicáveis, sendo tal caducidade declarada pela Câmara Municipal.

### **Artigo 22.º**

#### **Regime sancionatório**

Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal por violação de obrigações legais, designadamente pela prestação de falsas declarações ou por apresentação de comprovativos falseados, é aplicável o regime sancionatório previsto no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na redação atual.